

FLEXÃO VERBAL COMO MARCA DE TRATAMENTO NO MODO IMPERATIVO

BRAGA¹, Henrique Santos.

RESUMO

Este trabalho apresenta uma abordagem funcionalista multissistêmica (cf. CASTILHO: 2006) sobre um fenômeno de variação e mudança do Português Brasileiro: a concorrência entre as formas imperativas do indicativo e do subjuntivo.

Esse fenômeno já foi constatado em variedades do PB atual (cf. FARACO, 1986; SCHERRE, 1998; LIMA-HERNANDES & SPAZIANI, 2002), porém sentimos falta de pesquisas que se destinem a tratar do processo que desembocou nos usos atuais dessas formas verbais. Tendo isso em conta, em Braga (2008) analisamos dados de um período compreendido entre a segunda metade do século XIX e a segunda do XX. O *corpus* utilizado nesse trabalho foi composto por textos dramáticos, todos produzidos na região sudeste brasileira entre os anos 1850 e 1975. O trabalho ora apresentado é resultado dessa mesma pesquisa, porém, pela limitação de espaço, lidamos com um período um pouco mais curto, entre 1850 e 1950.

Para tratar desses dados, destacamos fenômenos do subsistema gramatical e do discursivo. Os dados foram quantificados por meio do programa *Goldvarb*, e a análise dos resultados deu-se com base na proposta de Castilho (2006). Dessa maneira, defendemos a fecundidade de se conjugar elementos da Teoria da Variação e Mudança e da Teoria Multissistêmica.

Os resultados que obtivemos nos levam a crer que a distinção de formalidade que havia entre as formas pronominais para tratamento ao interlocutor – “tu”, “você” e “senhor” – teve relevante papel na variação e no processo de mudança que envolve o uso das formas verbais imperativas no PB.

PALAVRAS-CHAVE: modo imperativo; variação e mudança lingüística; teoria multissistêmica; formas de tratamento; polidez.

As formas em estudo e a escolha do gênero dramático para compor o *corpus*

Para abordar a variação entre as formas indicativa e subjuntiva do modo imperativo, compusemos o *corpus* com textos dramáticos, todos realizados na região sudeste brasileira. Consideramos que nesse gênero textual, dada a diversidade de

¹ USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas.

Rua Cerejeira, 145, CEP: 06184-040. Osasco – SP, Brasil. henriquecer@gmail.com.

situações que o campo da ficção proporciona, as formas imperativas são abundantes, o que é indispensável para que possamos estabelecer diversos fatores condicionantes ao analisar a variação. Fora isso, mesmo havendo o filtro do ficcionista nos usos das formas lingüísticas, não se pode ignorar que o próprio autor é um representante de seu tempo. Ainda mais se considerarmos o teatro um “reflexo da sociedade que lhe serve de berço”, como afirma Braga (1999: 29) ².

Teoria da Variação e Mudança e Teoria Multissistêmica: uma associação possível

Castilho (2006)³ propõe que, ao se analisarem os fenômenos lingüísticos, entenda-se a língua como um conjunto de subsistemas que, embora relacionados, sejam autônomos. Nessa perspectiva, o autor propõe procedimentos para analisar as mudanças por que passou um item lingüístico, ou mesmo uma construção lingüística, levando em conta que estes, inseridos num sistema complexo, apresentam simultaneamente traços correspondentes a cada um desses subsistemas.

Embora essa proposta de análise nos pareça a mais adequada, sobretudo para se tratar do curso de um processo de mudança, ponderamos não existirem ainda na Teoria Multissistêmica estratégias de análise para lidar com casos de variação. Por isso, além de utilizar a Teoria Multissistêmica, decidimos aproveitar a metodologia da Teoria Variacionista para se identificarem processos de substituição de uma forma por outra. Defendemos, portanto, que as propostas de Castilho e de Labov se complementam: enquanto este preocupa com **o que leva o item a mudar** (fatores condicionantes), aquele busca explicar **o que ocorre no item durante a mudança** (discutindo os

² BRAGA, C.M. *Teatro brasileiro na República Velha – Reflexões sobre a dramaturgia brasileira (1889 – 1930)*. Tese de Doutorado. ECA/USP, 1999.

³ Todos os comentários sobre a proposta de Castilho se baseiam no mesmo texto, mencionado na nota 35.

processos sociocognitivos), pelo que optamos por juntar essas duas visões na nossa análise.

Os fatores de variação e a estratégia de trabalho

Cada um dos fatores condicionantes foi aferido por meio do programa *Goldvarb*, adotando-se uma estratégia pela qual nos é possível defender que a variação das formas imperativas no período analisado leva mesmo a um processo de mudança lingüística: em vez de lidar com uma rodada única sobre a totalidade dos dados, realizamos leituras em separado, desmembrando nosso *corpus* em espécies de *corpora* menores, cada qual composto por duas peças teatrais, representativas de uma das épocas em análise⁴:

Tabela 1: períodos e peças analisadas

Período	Peça	Codificação ⁵	pesos relativos	
			indicativo	Subjuntivo
1º	Orfeu na roça [1868]	A	0,12	0,88
	O tipo brasileiro [1872]	B	0,93	0,07
2º	O Caboclo [1886]	C	0,29	0,71
	A Capital Federal [1897]	D	0,39	0,61
3º	Que pena ser só ladrão... [1905]	E	0,48	0,52
	Terra natal [1920]	F	0,21	0,79
4º	O Patinho Torto (ou Os mistérios do sexo) [1924]	G	0,55	0,45
	O Rei da Vela [1937]	H	0,26	0,74

Ao longo desses períodos analisados, os fatores tiveram diferentes comportamentos, surpreendidos pelos diferentes pesos relativos em cada época. Além

⁴ Subdividimos o *corpus* em lapsos de 25 anos: a) 1850 – 1875; b) 1876 – 1900; c) 1901 – 1925; d) 1926 – 1950.

⁵ Para facilitar as referências dos dados, usaremos doravante essa codificação para referirmo-nos às peças.

disso, os fatores selecionados e descartados de cada período não foram exatamente os mesmos. É o que se mostra na tabela seguinte:

Tabela 1: fatores selecionados em cada um dos períodos

Período	Fatores selecionados, em ordem de relevância
1850 – 1875	tipo de tratamento, peça, tipo de relação dos interlocutores, monitoramento da conversação
1876 – 1900	tipo de tratamento, polaridade e ordem de colocação dos clíticos
1901 – 1925	tipo de tratamento, polaridade e tipo de relação dos interlocutores
1926 – 1950	tipo de tratamento, peça e tipo de relação dos interlocutores

Como esses diferentes comportamentos estão associados à predominância de uma das formas sobre a outra, defendemos ter havido um processo de mudança. É importante esclarecer, porém, que, dadas as limitações de espaço do presente trabalho, centraremos os comentários nos fatores *tipo de tratamento* e *tipo de relação dos interlocutores*, para discorrermos sobre a relação entre flexão verbal e marca de tratamento no modo imperativo.

Flexão verbal como marca de tratamento

No primeiro dos períodos delimitados para esta análise, os pesos relativos que correlacionam *tipo de tratamento* (fator condicionante de maior peso no período) e forma imperativa estão bastante aproximados do que pregam as gramáticas prescritivas: caso os interlocutores se tratem por “tu”, a probabilidade de surgir a forma indicativa é 0.98; se o tratamento é por “senhor(a)”, a ocorrência da forma prescrita, a subjuntiva, tem probabilidade 0.99; ao se tratar o interlocutor por “você”, é também maior a probabilidade de ocorrer a forma subjuntiva, como prega a norma tradicional: 0.64.

Ao nos depararmos com esses dados, além de concluir que, em tal período, a norma tradicional encontra respaldo no uso, é possível ainda perceber já a existência da variação, o que se nota devido a alguns usos contrários a essa norma. Em “Orfeu na roça”, por exemplo, encontramos casos em que, embora se trate o interlocutor por “tu”, ocorre a forma imperativa subjuntiva:

(1) *Mamede* – Não **seja** malcriado, não **empurre** as visitas.

Principalmente quando elas são da minha qualidade

Manoel João – Eu, senhor?

Mamede – Tu, sim! Onde estamos nós? (A: 197)

Na mesma peça e na mesma cena, temos mais um caso em que são utilizadas as formas imperativas do subjuntivo, apesar de os verbos no modo indicativo estarem flexionados na segunda pessoa do singular, evidenciando o tratamento por “tu”:

(2) *Manoel João* – Pois é possível que ainda acredites que eu raptasse essa moça?

Mamede – Sem dúvida! Dá-me lugar que eu quero tossir!

Manoel João – Pois **tussa**, seu Mamede! **Tussa!** (À parte) Podes tossir à vontade, estas paredes são grossas! (alto) **Tussa**, seu juiz, **tussa!** (A: 198)

Esse descompasso indicia que, já àquela época, haveria outros fatores, além da concordância, regendo a escolha das formas imperativas, o que confirmamos ao correlacionar *tipo de relação dos interlocutores* e escolha da forma verbal. Analisemos a tabela:

Tabela 3: tipo de relação entre interlocutores no primeiro período

	indicativo	subjuntivo
--	-------------------	-------------------

<i>peessoas desconhecidas</i>	0,62	0,38
<i>peessoas apenas conhecidas, porém sem laços de intimidade</i>	0,47	0,53
<i>familiares ou amigos</i>	0,60	0,40
<i>de superior hierárquico a subordinado</i>	0,25	0,75
<i>de subordinado a superior hierárquico</i>	–	1,0

Observa-se por esses pesos relativos que existe uma considerável associação entre os traços [proximidade/distanciamento] e o uso dessas formas: o tipo de relação mais íntima entre as analisadas – entre *familiares ou amigos* – favorece claramente a forma indicativa (0.60); ao mesmo tempo, em contextos de assimetria entre os interlocutores, em que se exige maior distanciamento, o uso da forma subjuntiva vigora: nas relações *de subordinado a superior hierárquico* ocorre uso categórico e, na relação *de superior hierárquico a subordinado*, o peso relativo chega a 0.75⁶.

Cintra (1972) relaciona uso de forma pronominal e tipo de relação entre os falantes. Segundo o autor, as formas “tu”, “você” e “senhor/a”, coexistindo em uma mesma variedade do português, denotam diferentes graus de preservação da face: “tu” seria “próprio da intimidade”; “você” indicaria “tratamento de igual para igual (ou de superior para inferior) e que não implica intimidade”; “senhor/a” estariam entre as “formas chamadas ‘de reverência’” (1972: 14). Considerando essa proposta, correlacionamos esses dois fatores:

Tabela 4: tipo de tratamento – o status semântico-pragmático de cada pronome

⁶ Não podemos deixar de mencionar ainda a estranheza que nos causa a relação entre *peessoas desconhecidas* levar ao uso da forma indicativa, para o que, por ora, não engendramos uma explicação final.

	TU	SENHOR(A)	VOCÊ
<i>peessoas desconhecidas</i>	–	62,5% (5/8)	37,5% (3/8)
<i>Pessoas apenas conhecidas</i>	38% (11/29)	34,5% (10/29)	27,5% (8/29)
<i>familiares ou amigos</i>	67,8% (40/59)	28,8% (17/59)	3,4% (2/59)
<i>de superior hierárquico a subordinado</i>	56,3% (9/16)	43,7% (7/16)	–
<i>de subordinado a superior hierárquico</i>	30,8% (4/13)	69,2% (9/13)	–

De acordo com os dados, sustentamos que a descrição de Cintra, mesmo feita a partir do português europeu, aplica-se ao PB desse primeiro período estudado. Os resultados de tratamento por “tu”, por exemplo, são bastante ilustrativos de como isso acontece: pessoas desconhecidas, cujas relações se supõem, portanto, mais cerimoniais, não utilizam esse pronome; familiares e amigos, porém, adotam na maior parte das vezes o tratamento por “tu” (67,8%); o tratamento por “senhor/a”, segundo Cintra o mais cerimonioso de todos, é realmente predominante em relações de maior distanciamento: entre *peessoas desconhecidas* a frequência é de 62,5% e *de subordinado a superior hierárquico* chega a 69,2%; “você”, embora tenha sido menos utilizado que os demais pronomes, também nos permite referendar a análise de Cintra: é mais frequente entre pessoas desconhecidas (37,5%) que entre familiares (3,4%), estando dessa maneira, embora num nível mais tênue, associado a distanciamento.

Ainda correlacionando *tipo de tratamento e tipo de relação dos interlocutores*, investigamos em que contextos a relação de concordância entre forma de tratamento e forma verbal deixa de ser decisiva, passando então a predominarem razões discursivas na escolha das formas. Para tanto, observemos esta tabela:

Tabela 5: tipo de tratamento e tipo de relação entre interlocutores no primeiro período

	VOCÊ	SENHOR	TU
--	------	--------	----

	<i>Indicativo</i>	<i>Subjuntivo</i>	<i>Indicativo</i>	<i>Subjuntivo</i>	<i>Indicativo</i>	<i>Subjuntivo</i>
<i>peessoas desconhecidas</i>	100% (3/3)	–	40% (2/5)	60% (3/5)	–	–
<i>peessoas apenas conhecidas</i>	87,5% (7/8)	12,5% (1/8)	–	100% (10/10)	100% (11/11)	–
<i>familiares ou amigos</i>	–	100% (2/2)	–	100% (17/17)	100% (40/40)	–
<i>de superior hierárquico a subordinado</i>	–	–	–	100% (7/7)	77,8% (7/9)	22,2% (2/9)
<i>De subordinado a superior hierárquico</i>	–	–	–	100% (9/9)	–	100% (4/4)

Uma primeira constatação interessante é que, nesse período, unicamente quando o tratamento se dá entre *familiares ou amigos*, tipo de relação em que se supõe um menor cuidado na preservação da face, a regra normativa sobre a concordância se apresenta, curiosamente, como decisiva: com o pronome “tu” usa-se a forma indicativa e com os pronomes “você” e “senhor”, a forma subjuntiva.

Já os números que se referem à frequência de pronomes de terceira pessoa relacionados a uma forma verbal imperativa do indicativo devem ser vistos com bastante cuidado, pois muitas dessas ocorrências são falas do personagem John, da peça “O tipo brasileiro”, cuja fala apresenta certas marcas de agramaticalidade⁷.

Mesmo assim, embora os casos mais confiáveis que contrariam a prescrição normativa ainda sejam poucos, podemos encontrá-los ainda no primeiro período. É o que se dá nas relações de assimetria: há 22,2% de ocorrências nas quais o superior

⁷ Um exemplo temos na seguinte fala: “O que eu tem com issa?... Eu vai já te ensina”, p. 152.

hierárquico, mesmo tratando seu interlocutor por “tu”, faz uso das formas subjuntivas. Isso acontece em “Orfeu na roça”, quando Mamede de Sousa, o juiz de paz, dirige-se ao escrivão, Manoel João (ver exemplo 1).

Ainda na assimetria, na totalidade dos casos em que um subordinado tratou por “tu” seu superior hierárquico, foi usada a forma subjuntiva. Novamente os personagens Mamede e Manoel protagonizaram um caso que contraria a norma, sendo dessa vez Manoel o falante (ver exemplo 2).

No segundo período, a relação entre *tipo de tratamento* e escolha da forma verbal se intensifica. Isso porque agora não apenas os pronomes “tu” e “senhor” levam ao uso praticamente categórico das formas prescritas pela norma tradicional, com probabilidades que são, respectivamente, 0.98 e 0.99, números idênticos aos do primeiro período; também o pronome “você” passa a ser quase determinante para que se use a forma prescrita, com probabilidade 0.96, número significativamente superior aos 0.64 do período precedente.

Embora nesse segundo período tenha-se tornado muitíssimo mais provável a concordância prescrita pela norma entre o pronome de terceira pessoa “você” e a forma imperativa do subjuntivo, destacamos que não houve substancial alteração no caráter discursivo dos *tipos de tratamento*, pois os pronomes de terceira pessoa seguem mais formais que o pronome “tu”. Vejamos a tabela:

Tabela 6: tipo de tratamento e tipo de relação entre interlocutores no segundo período

	TU		VOCÊ		SENHOR		TOTALS
	<i>Indicativo</i>	<i>Subjuntivo</i>	<i>Indicativo</i>	<i>Subjuntivo</i>	<i>Subjuntivo</i>	<i>Indicativo</i>	
<i>peçoas desconhecidas</i>	9,7% (3/31)	–	3,2% (1/31)	12,9% (4/31)	67,7% (21/31)	6,5% (2/31)	100% (31/31)
<i>peçoas apenas conhecidas</i>	39,1% (27/69)	–	1,4% (1/69)	29% (20/69)	30,5% (21/69)	–	100% (69/69)
<i>familiares ou amigos</i>	58,6% (98/167)	1,2% (2/167)	1,2% (2/167)	15% (25/167)	21% (35/167)	3% (5/167)	100% 167/167

<i>de superior hierárquico a subordinado</i>	61,8% (29/47)	2,1% (1/47)	–	34% (16/47)	–	2,1% (1/47)	100% (47/47)
<i>de subordinado a superior hierárquico</i>	12,5% (1/8)	–	12,5% (1/8)	25% (2/8)	50% (4/8)	–	100% (8/8)

Considerando que, na leitura vertical da tabela, os extremos representam as relações de maior cerimônia, observamos que tais contextos favorecem o uso dos pronomes “senhor(a)” e “você” associados à forma verbal subjuntiva. Nas relações *de subordinado a superior hierárquico*, essas frequências de uso são 25% para “você” e 50% para “senhor”, ante 12,5% para “tu” associado a indicativo. Entre *peessoas desconhecidas* temos resultados semelhantes, sendo 67,7% de casos em que “senhor(a)” associa-se a subjuntivo e 12,9% em que “você” está associado a essas mesmas formas verbais; pronome “tu” associado a indicativo aparece em 9,7% dos casos.

Sendo as relações menos cerimoniais, os resultados se invertem. Se, por exemplo, é o superior hierárquico que se dirige ao subordinado, e não o contrário, há uma considerável predominância do pronome “tu” e das formas indicativas (61,8%). Caso a interlocução seja entre *familiares ou amigos*, há novamente predominância de “tu” e de indicativo (58,6%).

A relação entre *peessoas apenas conhecidas*, por seu turno, embora favoreça o uso de “tu” e indicativo (39,1%), ainda mantém elevados índices de “senhor(a)” e “você” associados a subjuntivo (respectivamente, 30,5% e 29%), levando a uma distribuição mais uniforme dos usos. Entendemos essa maior uniformidade como consequência do caráter mais instável, menos preciso desse tipo de relação.

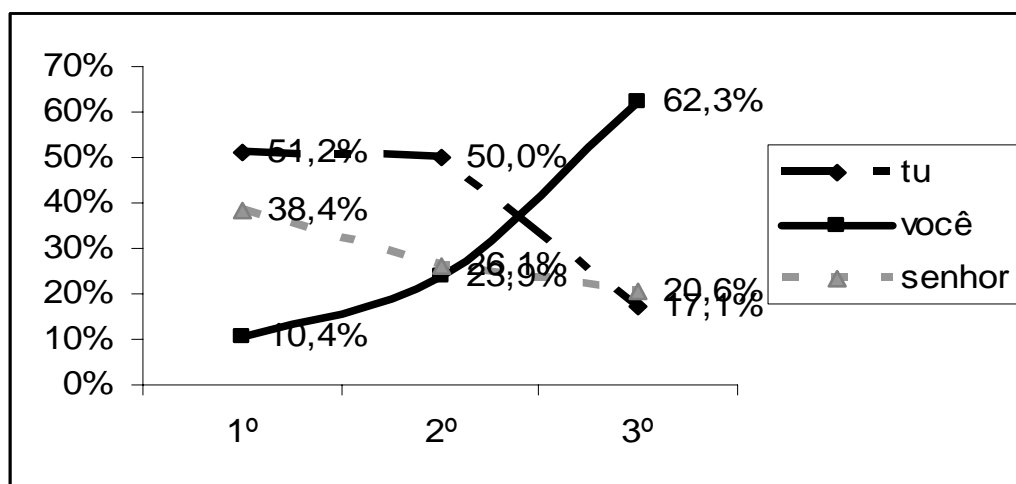
Com todos esses resultados, é possível defender que, mesmo sem a seleção do fator *tipo de relação entre interlocutores* como estatisticamente relevante, motivações do subsistema discursivo continuaram sendo fundamentais na escolha dos falantes por

uma das formas imperativas: continuam as formas indicativas mais frequentes nas situações de menor cerimônia e, nas mais cerimoniosas, segue a forma subjuntiva ocorrendo com maior constância.

Sendo assim, como a mudança gramatical (maior probabilidade de o pronome “você” desencadear concordância) não parece ter implicado uma consequência direta de caráter discursivo (a propriedade [+distanciamento] já era e continua sendo ativada no pronome “você”), soa-nos ainda mais acertada a opção por analisar a língua como um sistema complexo.

Quanto ao terceiro período, nossos dados referendam os resultados de Paredes Silva *et alii* (2000) sobre a mesma época: assim como as autoras, deparamo-nos com o aumento na frequência do pronome “você”⁸. Vejamos o gráfico que segue:

Gráfico 1: frequências de tu, você e senhor nos três primeiros períodos



Levando em conta apenas o aspecto gramatical, esse aumento no uso do pronome “você” seria determinante para uma maior frequência das formas imperativas do subjuntivo, tidas como de terceira pessoa. Os resultados da comparação entre o

⁸ Nos dados de Paredes Silva *et alii*, “você” chega no período a 40% das ocorrências, suplantando os períodos anteriores, representados por *O namorado*, de Martins Pena (1844), e *Casa de Orates*, de Aluísio Azevedo (1882), cujas frequências do pronome eram apenas 2% e 16%, respectivamente.

segundo e o terceiro período, se não são suficientes para confirmar essa relação direta entre pronome e forma verbal, não chegam a desmenti-la: no segundo período, 88,3% das formas associadas ao pronome “você” eram subjuntivas; no terceiro, 85,4% das formas o eram. Entretanto, analisando os resultados probabilísticos, vimos que justamente do segundo para o terceiro período foi reduzida de 0.96 a 0.69 a chance de que a forma subjuntiva apareça atrelada ao pronome “você”.

Esses números evidenciam, inclusive, a ineficiência de se considerar apenas um dos subsistemas – neste caso, o gramatical – na análise lingüística. Afinal, apesar de o aspecto gramatical ser aparentemente responsável pela associação entre “você” e subjuntivo, graças à marca de pessoa gramatical, as probabilidades revelam que não é necessariamente o pronome em si que determina a escolha da forma verbal. Acerca disso, vejamos esta tabela:

Tabela 7: tipo de tratamento e tipo de relação entre interlocutores no terceiro período

	TU		SENHOR		VOCÊ	
	<i>2º período</i>	<i>3º período</i>	<i>2º período</i>	<i>3º período</i>	<i>2º período</i>	<i>3º período</i>
<i>peçoas desconhecidas</i>	9,7% (3/31)	–	70,9% (22/31)	55,5% (5/9)	19,4% (6/31)	44,5% (4/9)
<i>peçoas apenas conhecidas</i>	39,1% (27/69)	10,8% (6/55)	31,9% (22/69)	43,7% (24/55)	29% (20/69)	45,5% (25/55)
<i>familiares ou amigos</i>	58,8% (100/167)	33,3% (21/63)	22,2% (37/167)	4,8% (3/63)	18% (30/167)	61,9% (39/63)
<i>de superior hierárquico a subordinado</i>	63,9% (30/47)	6,8% (3/44)	–	–	36,1% (17/47)	93,2% (41/44)
<i>De subordinado a superior hierárquico</i>	12,5% (1/8)	–	62,5% (5/8)	100% (4/4)	25% (2/8)	–

Para melhor compreensão da tabela, considere-se que a partir dela nosso interesse é observar, em cada um dos tipos de relação, como se alterou a frequência de cada um dos três pronomes, do segundo ao terceiro período. Na primeira linha, por exemplo, vemos as seguintes alterações no tratamento entre *pessoas desconhecidas*: houve uma redução do tratamento por “tu”, passando de 9,7% das ocorrências no segundo período a nenhuma ocorrência, no terceiro; outro caso de redução se vê no uso de “senhor”, que diminui de 70,9% a 55,5%; por fim, tornou-se mais freqüente o tratamento por “você”, passando de 19,4% a 44,5% das ocorrências.

Dos resultados expressos na tabela, percebe-se que a generalizada redução no uso de “tu”, menos freqüente em todos os tipos de relação, vem acompanhada de outros dois interessantes fenômenos: um deles é uma especialização do pronome “senhor” às situações de maior distanciamento; o outro, um aumento irrestrito do pronome “você”, que se torna mais freqüente em praticamente todos os tipos de relação (sendo única exceção o tratamento *de subordinado a superior hierárquico*). Isso leva a duvidar de que a descrição de Cintra (1972) continue válida em se tratando desse terceiro período: se o pronome “você” está mais presente tanto em relações de maior quanto de menor proximidade, parece que a propriedade [+distanciamento] vai sendo desativada nele, de modo que não há impedimento para, nesse terceiro período, o pronome figurar nos mais diferentes contextos.

Para entendermos melhor o impacto do fenômeno nas formas imperativas, é indispensável analisarmos ainda as probabilidades dos tipos de relação entre interlocutores, expressos nesta tabela:

Tabela 8: tipos de relação entre interlocutores – probabilidades no terceiro período

	<i>Indicativo</i>	<i>Subjuntivo</i>
<i>pessoas desconhecidas</i>	0.49	0.51
<i>pessoas apenas</i>	0.25	0.75

<i>conhecidas</i>		
<i>familiares ou amigos</i>	0.61	0.39
<i>de superior hierárquico a subordinado</i>	0.67	0.33
<i>de subordinado a superior hierárquico</i> ⁹	–	1,0

Observamos que a relação tida como menos formal, entre *familiares ou amigos*, favorece o uso da forma indicativa, com probabilidade 0.61. No primeiro período¹⁰, vale lembrar, esse tipo de relação apresentou probabilidade muito semelhante, 0.60. Se a relação de maior proximidade favorece a forma indicativa, insistimos então que essa é a forma verbal em que se ativa a propriedade [+proximidade].

A relação entre *pessoas apenas conhecidas*, em que se supõe maior distanciamento, propicia a forma subjuntiva, com probabilidade 0.75. Lembramos também que, no primeiro período, embora em menor intensidade, tal relação também favorecia a forma subjuntiva, com 0.53 de probabilidade.

A despeito disso, em outras relações, vemos ao longo do tempo uma inversão na probabilidade de uso das formas. Entre *pessoas desconhecidas*, era mais provável a forma indicativa no primeiro período (0.68), porém, neste terceiro, o fator deixa de ser representativo (0.49 é o peso das indicativas). Nas relações *de superior hierárquico a subordinado*, eram mais esperadas as formas subjuntivas no primeiro período (0.75), sendo que, neste terceiro, ganham em probabilidade as indicativas (0.67).

Frente a esse conjunto de resultados, portanto, seria redutor afirmar que apenas a concordância entre pronome “você” e forma subjuntiva explica por que tais formas verbais tornaram-se mais frequentes no terceiro período. O que podemos afirmar com segurança, porém, é que a maior frequência do pronome “você” interferiu grandemente

⁹ No terceiro período, o programa não gerou probabilidades para este fator, já que esse tipo de relação levou a uso categórico da forma subjuntiva.

¹⁰ Não nos esqueçamos de que, no segundo período, tal fator não foi selecionado como relevante, motivo pelo qual dispomos apenas das probabilidades do primeiro período.

na expressão lingüística do tratamento ao interlocutor, no que tange às propriedades discursivas de [+ proximidade/distanciamento] nos pronomes e também nas formas verbais imperativas. É como se o aumento abrupto desse pronome tivesse tornado menos estável a relação entre as formas lingüísticas e a marcação de polidez das relações interpessoais, o que podemos entender como consequência de uma intensa atuação dos subsistemas integrantes desse sistema complexo que é a língua. Acreditamos, inclusive, que estudos mais detalhados sobre este terceiro período, focados na inter-relação entre formas pronominais e marcação de polidez, podem resultar em relevantes achados sobre como os multissistemas atuam na mudança lingüística. Dadas, porém, a natureza e a extensão deste trabalho, não nos poderemos deter especificamente nessa questão.

Sobre o quarto período, em comparação com o anterior, chamam-nos atenção em primeiro lugar as freqüências das formas imperativas do indicativo, que aumentaram levemente: no terceiro período, tínhamos 23,4% (41/175) de formas indicativas ante 76,6% (134/175) de formas subjuntivas; no quarto, são 28,9% (65/225) de indicativas e 71,1% (160/225) de subjuntivas. É fundamental, porém, que mensuremos em termos probabilísticos os comportamentos das formas. Feito isso, temos que as probabilidades de se usar uma forma imperativa do indicativo, seja qual for o pronome utilizado no tratamento ao interlocutor, tornam-se mais expressivas neste quarto período do que o foram no terceiro. Vejamos a tabela:

Tabela 9: tipo de tratamento – probabilidades no quarto período

	<i>Indicativo</i>	<i>Subjuntivo</i>
<i>TU</i>	0.99	0.01
<i>VOCÊ</i>	0.39	0.61
<i>SENHOR</i>	0.12	0.88

Numa primeira leitura, esses resultados podem não parecer tão impactantes, já que temos, mais uma vez, o pronome “tu” favorecendo a forma indicativa e os pronomes de terceira pessoa favorecendo a subjuntiva. No entanto, se compararmos os quatro períodos discutidos até aqui, veremos com mais clareza a importância desses resultados:

Tabela 10: tipo de tratamento – probabilidades nos quatro primeiros períodos

	1º período		2º período		3º período		4º período	
	<i>IND</i>	<i>SUB</i>	<i>IND</i>	<i>SUB</i>	<i>IND</i>	<i>SUB</i>	<i>IND</i>	<i>SUB</i>
<i>TU</i>	0.98	0.02	0.98	0.02	0.95	0.05	0.99	0.01
<i>VOCÊ</i>	0.36	0.64	0.04	0.96	0.31	0.69	0.39	0.61
<i>SENHOR</i>	0.01	0.99	0.01	0.99	0.0	1	0.12	0.88

Em se comparando os diferentes momentos, percebe-se que, embora os pronomes de terceira pessoa continuem favorecendo a forma subjuntiva, o quarto período foi quando as formas indicativas atingiram as maiores probabilidades até então: no tratamento por “tu”, 0.99; no tratamento por “você”, 0.39; mesmo em se tratando o interlocutor por “senhor”, casos em que a forma indicativa sequer apareceu no período anterior, temos agora alguma probabilidade, 0.12.

Vale salientar que, apesar de as formas indicativas serem tradicionalmente associadas ao pronome “tu”, essas formas verbais ganharam espaço num período em que não é ele o pronome predominante, correspondendo a apenas 22,9% (52/227) das formas.

No que diz respeito ao *tipo de relação dos interlocutores*, as probabilidades deste quarto período, ao contrário do que aconteceu no terceiro, apontam para uma espécie de harmonização das propriedades discursivas nas formas imperativas. Se no período anterior não houve uniformidade entre os traços [+ proximidade/

distanciamento] e o uso das formas, neste chega ao fim a instabilidade surgida quando o pronome “você” passou abruptamente a ser mais utilizado. Vejamos os números:

Tabela 11: tipos de relação entre interlocutores – probabilidades no quarto período

	<i>Indicativo</i>	<i>Subjuntivo</i>
<i>peçoas desconhecidas</i>	–	1,0
<i>peçoas apenas conhecidas</i>	0.63	0.37
<i>familiares ou amigos</i>	0.58	0.42
<i>de superior hierárquico a subordinado</i>	0.25	0.75
<i>de subordinado a superior hierárquico</i>	–	1,0

Destacando os tipos de relações cujo estatuto discursivo pode ser mais bem delimitado, encontramos o seguinte quadro: por um lado, nas relações de maior cerimônia – entre *peçoas desconhecidas* e *de subordinado a superior hierárquico* –, as formas subjuntivas são categoricamente utilizadas; por outro, nas relações menos cerimoniais – entre *familiares ou amigos* –, houve predomínio das formas indicativas (0.58). Essa interpretação dos resultados, que implica considerarmos as formas subjuntivas mais cerimoniais que as indicativas, torna-se mais convincente quando, em conjunto com os *tipos de relação entre interlocutores*, analisamos também os *tipos de tratamento*:

*Tabela 12: tipo de tratamento e tipo de relação entre interlocutores no quarto período*¹¹

	TU	SENHOR	VOÇÊ

¹¹ Lembramos que, nas tabelas em que correlacionamos *tipo de tratamento* e *tipo de relação entre interlocutores*, a relação ao centro da tabela é a de maior proximidade, entre *familiares ou amigos*. Afastando-se do centro, em qualquer sentido da vertical, aumenta o grau de distanciamento, estando nas posições superiores da tabela as relações simétricas e, nas inferiores, as assimétricas.

	<i>Indicativo</i>	<i>Subjuntivo</i>	<i>Indicativo</i>	<i>Subjuntivo</i>	<i>Indicativo</i>	<i>Subjuntivo</i>
<i>peessoas desconhecidas</i>	–	–	–	100% (1/1)	–	–
<i>peessoas apenas conhecidas</i>	–	–	12,9% (4/31)	87,1% (27/31)	–	–
<i>familiares ou amigos</i>	30% (39/130)	0,8% (1/130)	1,6% (2/130)	39,2% (51/130)	6,9% (9/130)	21,5% (28/130)
<i>de superior hierárquico a subordinado</i>	19% (11/58)	–	–	51,7% (30/58)	–	29,3% (17/58)
<i>De subordinado a superior hierárquico</i>	–	–	–	100% (5/5)	–	–

Quando observamos apenas as probabilidades, percebemos que as duas relações de maior grau de proximidade – entre *familiares ou amigos* e entre *peessoas apenas conhecidas* – favoreciam as formas indicativas. O novo dado que essa tabela nos traz é que são essas mesmas relações as que mais propiciam as combinações entre pronome e forma verbal não recomendadas pelas gramáticas normativas. É possível postular, portanto, que, neste quarto período, as relações que exigissem menor preocupação com a preservação da face eram as mais suscetíveis ao desrespeito à norma culta. Na mesma linha, ocorrendo algumas das demais relações, podemos afirmar que o respeito categórico ao uso normativo pode se dever a uma maior preocupação com o mesmo aspecto.

Analisando em particular as duas relações de assimetria – *de superior hierárquico a subordinado* e *de subordinado a superior hierárquico* –, vemos que neste quarto período é categórico os subordinados fazerem uso não só das formas subjuntivas, bem como do pronome “senhor”, tal como ocorreu no terceiro período (*cf.* tabelas 7 e

8). O uso dos outros pronomes e das outras formas verbais, tal como se deu também no terceiro período, seguem sendo prerrogativas dos superiores hierárquicos. Mais uma vez, portanto, vemos a forma subjuntiva como a forma de cerimônia, sendo de uso categórico apenas dos subordinados.

É importante considerar ainda que os pronomes “tu” e “você”, neste período, são restritos aos atos de fala de pessoas próximas (*familiares ou amigos*) ou de pessoas que têm o poder de mandar (*de superior hierárquico a subordinado*). Com isso, é possível entender que a propriedade de o pronome “você” marcar um certo grau de cerimônia também estaria sendo desativada, o enfraquecerá cada vez mais a relação entre tal pronome e as formas subjuntivas.

Em linhas gerais, considerando os quatro períodos discutidos, é notória a relação, em todos eles, entre forma imperativa e as marcas discursivas [proximidade/distanciamento]. Além disso, também nesses quatro períodos, as formas pronominais de tratamento se mostraram muito impactantes na escolha por uma das formas verbais. O que vemos, porém, é que essa interferência da forma pronominal diminui conforme o pronome “você” vai desativando o traço [+distanciamento]. Com isso, podemos dizer que, independentemente da marca de polidez do pronome, as próprias formas imperativas distinguem diferentes tipos de tratamento.

Referências bibliográficas

BRAGA, C.M. *Teatro brasileiro na República Velha – Reflexões sobre a dramaturgia brasileira (1889 – 1930)*. São Paulo, 1999. [Tese – Doutorado – Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo].

BRAGA, H. S. *Desaparecimento da flexão verbal como marca de tratamento no modo imperativo – Um caso de variação e mudança no Português Brasileiro*. São Paulo, 2008. [Dissertação – mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo].

CASTILHO, A. T. *Abordagem da língua como um sistema complexo. Contribuições para uma nova Lingüística Histórica*. Inédito, 2006

CINTRA, L. L. *Sobre 'formas de tratamento' da língua portuguesa*. Lisboa: Horizonte, 1972.

FARACO, C. A. *Considerações sobre a sentença imperativa no Português do Brasil*. In: D.E.L.T.A., vol. 2, nº1, pp. 1 – 15, 1986.

LIMA-HERNADES, M. C. & SPAZIANI, L. *Modo imperativo em cartas brasileiras: um caso de variação*. (Trabalho apresentado no XIII Congresso da ALFAL - São José da Costa Rica), 2002.

PAREDES SILVA, V. L. *et alii* “Variação na 2a pessoa: o pronome sujeito e a forma do imperativo”, in: *Gragoatá*, 9, 115-123. Niterói: EdUFF, 2000.

SCHERRE, M. M. P. *et al.* “Phonic Paralelism: Evidence from the Imperative Form in Brazilian Portuguese”. In: PARADIS, C., VICENT, D., DESHAIES, D., LAFOREST, M. (eds). *Papers in Sociolinguistics*. Quebec: Éditions Notable, 1998, pp. 63 – 72.

----- *Restrições sintáticas e fonológicas na expressão variável do imperativo no português do Brasil*. II Congresso Nacional da ABRALIN e XIV Instituto Lingüístico. Florianópolis, Taciro – Produção de Cds Multimídia, 2000, pp.1333-1347.

-----“Norma e uso – o imperativo no português brasileiro”. In: DIETRICH, W. & NOLL, V. (Orgs.) *O Português do Brasil - Perspectivas da pesquisa atual*. Lingüística lusobrasileira, Vervuert / Iberoamericana. 2004. p.231-260.